

## ATA NÚMERO NOVE

### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES REALIZADA NO DIA 06 DE MAIO DE 2026

Aos seis dias do mês de maio do ano dois mil e vinte e seis, nesta vila de Fornos de Algodres, no edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Fornos de Algodres com as presenças de: Alexandre Filipe Fernandes Lote, que presidiu, Bruno Henrique Figueiredo, Maria Luísa Dias Gomes, Rui Manuel Ferreira Lopes Furtado e João Manuel Pina Gomes, Vereadores. -----

Secretariou a reunião Célia Maria Candeias Ferreira, Técnica Superior. -----

Verificada a existência de quórum conforme o disposto no artigo 54.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deu-se início aos trabalhos pelas dez horas. -----

#### PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O Senhor Presidente usou da palavra, cumprimentando todos os presentes, bem como todo o auditório que acompanhava a reunião através das redes sociais, tendo começado por apresentar a informação relativa à situação financeira do Município de Fornos de Algodres, a trinta e um de março de dois mil e vinte e seis, nomeadamente o Diário de Tesouraria, as alterações orçamentais realizadas, os saldos bancários, o numerário em cofre e os pagamentos em atraso. Foi ainda referido que, caso os presentes tivessem alguma dúvida sobre os referidos documentos, poderiam solicitar os respetivos esclarecimentos, na reunião seguinte. -----

No âmbito das participações institucionais, o Senhor Presidente informou que, no dia quinze de abril, esteve presente no “We Are Sports Summit”, em Sernancelhe, evento promovido por uma empresa de Fornos de Algodres, da qual faz parte integrante uma rede de municípios, tendo o Município de Fornos de Algodres abordado a temática da intergeracionalidade. Referiu ainda que, no dia dezasseis de abril, foi assinado o Protocolo com o “Clube de Caça e Pesca”, previamente aprovado em reunião de Câmara. No dia dezassete de abril, recebeu os alunos do ensino profissional da Escola Básica e Secundária de Fornos de Algodres, que apresentaram o projeto “Route of Culture”, considerado de grande interesse e com potencial impacto para o concelho, tendo este projeto dado origem a um dos pontos da ordem de trabalhos da presente reunião. Informou também que, no dia dezanove de abril, esteve presente na inauguração da requalificação da Junta de Freguesia de Sobral Pichorro e Fuinhas, tendo, nesse âmbito, parabenizado o Senhor Presidente da Junta pelo trabalho desenvolvido, destacando que, por vezes, pequenas intervenções dão origem a grandes mudanças. No dia vinte e um de abril, marcou presença na reunião da Comissão Municipal de Gestão Integrada dos Fogos Rurais, na qual foi aprovado o Plano Operacional Municipal para 2026, tendo aproveitado a oportunidade para transmitir ao ICNF a necessidade de o concelho de Fornos de Algodres dispor de uma nova equipa de sapadores florestais. Explicou que a equipa atualmente existente, apesar de ter a seu cargo a totalidade do território, apenas consegue assegurar a parte

Norte do concelho, ficando a área da União de Freguesias de Juncais, Vila Ruiva e Vila Soeiro do Chão completamente desprotegida em termos de intervenção de sapadores. Ainda relativamente a esta matéria, acrescentou que têm sido os Bombeiros Voluntários de Fornos de Algodres a assegurar a vigilância naquela área, o que se revela difícil de concretizar, atendendo à extensão do território em causa, reforçando, assim, a importância de o concelho poder vir a contar com uma segunda equipa de sapadores florestais. Prosseguiu informando que, no dia vinte e dois de abril, esteve presente na inauguração da sede do Comando Sub-Regional das Beiras e Serra da Estrela, cerimónia que contou com a presença do Senhor Ministro da Administração Interna e durante a qual foi homenageado o Comandante Fonseca, a quem também foi atribuído um Voto de Louvor em Fornos de Algodres. Referiu ainda que marcou presença na cerimónia militar comemorativa do Dia da Unidade de Emergência de Proteção e Socorro da GNR (UEPS), na cidade da Guarda, salientando tratar-se de um dia importante, sobretudo por ter constituído uma grande conquista para o distrito a instalação daquela Unidade na Guarda. Informou igualmente que esteve presente no Parlamento dos Jovens, tendo, nesse sentido, parabenizado todos os alunos, professores e demais envolvidos num momento marcante e seguramente inesquecível para todos os participantes. Por fim, informou que, no dia vinte e três de abril, reuniu com outros municípios no âmbito da problemática das Águas do Vale do Tejo, tendo sido decidido que, numa primeira fase, cinco municípios irão contratualizar um serviço de auditoria de contas, com vista à uniformização dos métodos de cálculo relativamente aos valores a pagar ou a receber. Numa segunda fase, após a realização dos primeiros trabalhos, cada município procederá à contratação da respetiva auditoria, nos termos que vierem a ser considerados pertinentes, no sentido de uniformizar os procedimentos de cálculo e garantir que a métrica de negociação seja igual para todos. Deu também nota de que havia participado numa reunião na Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela, com o Senhor Presidente da CCDR Centro, durante a qual foram debatidos diversos assuntos de interesse para os municípios da região, nomeadamente a gestão do Centro 2030, tendo sido referido que o Município de Fornos de Algodres apresenta uma boa execução, embora seja necessário acelerar o ritmo durante o corrente ano, uma vez que a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela enfrenta dificuldades e corre o risco de perder verbas, caso não se consiga executar o valor acordado com a CCDR Centro. Neste contexto, o Município de Fornos de Algodres comprometeu-se a maximizar o reembolso das despesas previstas no ITI. No que diz respeito à área da Educação, foi transmitido que as escolas P3 se encontram atualmente fora do radar de financiamento, sendo prioridade do Governo atuar nas escolas P1 e P2, pelo que as expectativas anteriormente criadas quanto à existência de financiamento para as escolas P3 deixaram de ser consideradas. Ainda assim, e embora exista uma linha de financiamento alternativa, será necessário apurar em que condições o Município poderá aceder à mesma. Quanto à área da Saúde, o Senhor Presidente referiu que não existe qualquer tipo de informação, uma vez que o concelho de Fornos de Algodres está integrado na Unidade Local de Saúde da Guarda, não se verificando ainda a descentralização de competências naquela área. No que respeita às áreas de localização empresarial, foi confirmado que estas deverão ser prioritárias no âmbito do PTRR, existindo potencial para aumentar o financiamento através de dois mecanismos distintos. Em relação à situação da Habitação, referiu que o que se encontra contratualizado com a Comunidade Intermunicipal deverá ser financiado via BEI, embora

ainda não sejam conhecidas as respetivas percentagens. Acrescentou ainda que foi comunicada a possibilidade de incluir verbas de habitação no ITI, mas em condições consideradas pouco atrativas, designadamente 85% para habitação social, modalidade com menor procura na região, e apenas 25% para habitação acessível, que constitui a verdadeira prioridade do Município de Fornos de Algodres, sobretudo para os jovens e para a classe média. Prosseguiu informando que foi também abordada a questão da reprogramação do ITI, a qual deverá ficar concluída até meados de maio. Referiu que terá de ser incluída, ao nível do ITI da Comunidade Intermunicipal, alguma componente de habitação, devendo sair regeneração urbana, embora o Município de Fornos de Algodres não venha a ser muito afetado, uma vez que não existe muita requalificação urbana suscetível de ser reduzida. Acrescentou que transmitiu ao Senhor Presidente da CCDR Centro, conforme já havia referido em Assembleia Municipal, a intenção de incluir a creche de Infias na revisão em curso, necessidade que decorre do facto de existir ainda uma parte substancial da obra sem financiamento, sendo necessário que a Comunidade Intermunicipal contratualize a linha de financiamento relativa aos equipamentos sociais, ainda por contratualizar, o que permitirá uma taxa de financiamento mais elevada. Foi também abordada a questão da ausência de resposta aos fenómenos adversos, nomeadamente os incêndios de dois mil e vinte e dois, que deram origem a um programa de revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, ainda não concretizado. Relativamente ao incêndio de dois mil e vinte e cinco, o Senhor Presidente referiu, tal como já havia informado em Assembleia Municipal, que, no âmbito da candidatura de um milhão e oitocentos mil euros, foi adiantado o valor de quinhentos mil euros, encontrando-se a restante verba em fase de revisão por parte do Governo, o que considerou compreensível, tendo em conta os elevados montantes em discussão a nível nacional e o facto de o país não dispor de recursos ilimitados. Ressalvou, contudo, que o Município de Fornos de Algodres aguarda o desfecho do processo com tranquilidade, uma vez que os valores apresentados refletem, com rigor, os danos efetivamente causados pelo incêndio na freguesia de Queiriz. No que diz respeito ao comboio de tempestades “Kristin”, informou que as candidaturas dos municípios se encontram em fase de análise, não tendo ainda sido obtida qualquer resposta, uma vez que a prioridade foi atribuída, numa primeira fase, ao apoio direto aos cidadãos e às empresas, ficando os municípios para uma fase posterior e, dentro destes, sendo priorizados aqueles que registaram o maior número de habitações afetadas. Informou igualmente que foi abordada a questão do novo quadro plurianual em negociação na União Europeia, tendo manifestado grande preocupação relativamente a uma novidade emergente neste contexto. Referiu que, embora exista um consenso generalizado quanto à manutenção da PAC separada dos restantes fundos europeus, designadamente do FSE, FEDER, Fundo de Coesão e FEAMP, a PAC será integrada num fundo único e territorializada. Alertou, neste sentido, para os riscos dessa territorialização, uma vez que a distribuição de verbas tende a ser efetuada com base no número populacional, o que penalizará os municípios de menor dimensão. A título de exemplo, recordou a experiência vivida com o ciclo urbano da água, em que, apesar das expectativas iniciais, as verbas distribuídas se revelaram insuficientes para as necessidades do Município de Fornos de Algodres, tendo os municípios de maior dimensão acabado por beneficiar de dotações superiores. Acrescentou ainda que transmitiu esta posição ao Senhor Presidente da CCDR Centro, em representação dos municípios de menor dimensão, sublinhando a necessidade de serem garantidas condições de

equidade no âmbito da criação do novo fundo, de forma a assegurar que nenhum município de menor dimensão seja prejudicado. -----

Deu também nota de que no dia vinte e quatro de abril havia marcado presença na sessão do Parlamento Júnior, que se tratou de uma iniciativa muito interessante, aproveitando, neste sentido, para agradecer a todos os professores envolvidos, em particular ao Professor Batista e ao Dr. Pedro Azevedo, responsáveis pela dinamização das sessões que se revestiram do maior sucesso, bem como a todos os alunos participantes e a todas as pessoas que colaboraram no seu acompanhamento e no dia vinte e cinco de abril esteve presente na sessão solene comemorativa, tendo posteriormente acompanhado os jovens da Associação Desportiva de Fornos de Algodres, ao jogo de futebol entre o Clube Desportivo de Tondela e o Clube Desportivo Nacional da Madeira, tendo, neste contexto, endereçado um agradecimento público ao Grupo Desportivo de Tondela pela amabilidade de ter cedido bilhetes a todas as camadas jovens da Associação Desportiva de Fornos de Algodres, bem como aos respetivos encarregados de educação. -----

Informou também que no dia vinte e seis de abril esteve presente na Feira da Agricultura da Muxagata, no dia vinte e nove de abril reuniu com o Professor Joaquim Brigas, Presidente do Instituto Politécnico da Guarda, com o objetivo de analisar a possibilidade de instalar um Polo do IPG em Fornos de Algodres, no dia trinta de abril participou nas comemorações do quadragésimo aniversário da Universidade da Beira Interior, na Covilhã, onde saudou a nova reitora da instituição, no dia um e dois de maio esteve presente na abertura e no encerramento do “Jangalvis 2026”, tendo, neste sentido, endereçado uma palavra de agradecimento a todos os Escuteiros que estiveram em Fornos de Algodres e que deram um colorido bonito à vila, no dia dois de maio marcou presença na cerimónia de atribuição do topónimo de “José Carlos Falcão Lucas” ao antigo Jardim “Quintas da Vila”, bem como se procedeu à receção do Encontro dos Antigos Combatentes, em Fornos de Algodres e no dia três de maio esteve presente na décima quarta Gala Distrital dos Bombeiros Voluntários, onde foi homenageado o Presidente da Direção, Fernando Rodrigues, tendo-lhe, neste sentido, manifestado o seu sincero reconhecimento, bem como à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fornos de Algodres, uma vez que foi o próprio Comando a propor que o homenageado fosse o Presidente da Direção, o que plasma significativamente o bom relacionamento que existe na Corporação. -----

Informou também que no dia cinco de maio havia marcado presença em Belmonte, na apresentação do Grande Prémio das Beiras e Serra da Estrela, de Ciclismo, sendo que, na sexta-feira, dia vinte e dois de maio, o percurso terminará em Fornos de Algodres, o que será, seguramente, um momento marcante, até porque será transmitido, em direto, na TVI e na CNN, bem como em streaming, na DAZN. -----

O Senhor Presidente deu ainda nota da produção de um telefilme da RTP que está a ser desenvolvido em Fornos de Algodres, deixando um agradecimento a todos os figurantes da vila que têm participado na sua construção, bem como à RTP pela escolha de Fornos de Algodres, para o desenvolvimento desta iniciativa. -----

Em relação ao agendamento dos próximos eventos, o Senhor Presidente informou que no dia nove de maio, “Dia da Europa”, será levada a efeito uma sessão com jovens e com o Centro Europe Direct da Universidade da Beira Interior, designadamente o “NextGen Europa”, em que se debaterá sobre o futuro da União Europeia e também

qual o impacto que a União Europeia tem no concelho de Fornos de Algodres, bem como se realizará também, em Fornos de Algodres, o Seminário da “Texas Instruments”, uma iniciativa da conterrânea, Professora Joana Duarte, a quem manifestou o seu agradecimento. -----

Informou ainda que no dia onze de maio se deslocará a Lisboa no sentido de participar num Encontro Europeu de Autarcas – “ACT NOW MAYOR’S Conference”, organizado pelo Município de Cascais, onde serão debatidos os principais temas da política local a nível europeu e no dia doze de maio, deslocar-se-á a Madrid, a convite da UNICEF, para representar Fornos de Algodres no Encontro Ibérico de Autarcas, comprometidos com a criação da “Cidades Amigas das Crianças”, sendo que o respetivo convite foi dirigido ao Município de Fornos de Algodres, no âmbito do reconhecimento da capacidade demonstrada, ao longo dos anos, em ouvir as crianças e jovens, existindo assim boas práticas a partilhar com os parceiros espanhóis, bem como constituirá igualmente uma oportunidade de aprendizagem e de recolha de experiências, que poderão vir a ser aplicadas no concelho de Fornos de Algodres. -----

Prosseguiu informando que no dia catorze de maio recomeçará o julgamento inerente à questão do financiamento do PT, que envolve a empresa “Terras Serranas” e o anterior Presidente da Câmara Municipal de Fornos de Algodres, Dr. José Severino Soares Miranda, julgamento esse que foi interrompido, em virtude de umas das juízas do Coletivo, ter estado de baixa médica. Informou ainda que, no dia dezasseis de maio, data em que se assinala o Dia da Família, a Câmara Municipal apoiará uma iniciativa promovida pela Associação de Pais do Agrupamento de Escolas de Fornos de Algodres, através da qual as crianças do concelho, respetivos pais e avós terão a possibilidade de visitar, em família, o Jardim Zoológico de Lisboa, iniciativa que considerou revestir-se, atualmente, da maior importância. Referiu igualmente que, nos dias dezasseis e dezassete de maio, será celebrado o Fim de Semana da Urtiga, em Fornos de Algodres, realizar-se-á uma prova de rally, um Encontro de Dirigentes da Segurança Social e ainda a Feira da Pastorícia, em Vila Soeiro do Chão. -----

O Senhor Vereador Bruno Costa usou da palavra cumprimentando todos os presentes, bem como todo o auditório que acompanhava a presente reunião, on-line, e começou por informar que o Município de Fornos de Algodres havia recebido, há um mês, um ofício proveniente da empresa de exploração de minerais industriais, “Felmica”, sediada em Chãs de Tavares, informando que iria proceder a uma ação de sensibilização, no Casal Vasco, tendo no imediato, marcado uma reunião com a empresa em causa, que se realizou no dia quatro de maio, com a presença do Chefe de Divisão de Administração Geral, Dr. Américo Domingues, em que foi explicado que o respetivo processo se encontra na fase de prospeção e pesquisa, que consiste num pedido de licenciamento, apresentado à Direção-Geral de Energia e Geologia, cuja documentação, incluindo os Pareceres de todas as entidades envolvidas, inclusivamente Fornos de Algodres, se encontra disponível, em consulta pública, no site da Participa.pt. Acrescentou que a área abrangida no concelho é muito reduzida e não inclui qualquer habitação, sendo que, caso outra entidade pretenda apresentar um pedido de licenciamento concorrente, durante o período de consulta pública, poderá fazê-lo junto da DGEG, sendo então lançado um concurso público e o processo será reiniciado e, caso não se verifique qualquer tipo de impugnação, a DGEG decidirá sobre a concessão do licenciamento para uma área que, abrange aproximadamente 99% do território de Mangualde e apenas 1% do

território de Fornos de Algodres. Mais informou que, obtida a respetiva licença, seguir-se-ão três anos de trabalhos faseados, sendo o primeiro ano dedicado ao estudo geológico, para aferir o que existe no subsolo; o segundo à eventual recolha de amostras, designadas de carotes, para análise laboratorial e o terceiro ano visará a avaliação da viabilidade de uma possível exploração do local, no entanto, todo o processo implicará ainda a realização de um estudo de impacto ambiental e um estudo de viabilidade económico-financeira. -----

Deu também nota de que o Centro de Recolha de Animais de Companhia de Fornos de Algodres, designadamente, o “CRACFA”, obteve o número de identificação de Centro de Recolha Oficial, resultado do trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos, bem como do pedido, recentemente formulado pelo Veterinário Municipal, Dr. João Castelo Branco, o que permitirá o acesso a financiamento para obras a realizar nas instalações ou pequenas intervenções, que possam vir a ser necessárias. Acrescentou também que já se havia efetuado a inscrição na Direção Geral de Alimentação e Veterinária, no âmbito do Aviso número um, relativo a obras de requalificação, possibilidade essa que já havia sido referida, aquando da discussão do orçamento municipal, sendo a referida inscrição prova concreta do trabalho que estava a ser desenvolvido e que, felizmente, surtiu resultados. -----

Para terminar, fez alusão à publicação do Decreto-Lei n.º 87/2026, de 15 de abril, que altera o regime jurídico do sistema de informação cadastral simplificado e do Balcão Único do Prédio (BUPI), que assenta em dois pilares fundamentais, ou seja, os registos serão gratuitos até trinta de setembro de 2026, passando a ser pagos a partir dessa data, sendo que se pagará quinze Euros, por registo, até ao nono registo, e dez Euros, a partir do décimo registo. Ainda relativamente a este assunto sublinhou que quem não tiver os registos devidamente efetuados no BUPI, poderá ficar impedido de aceder a qualquer tipo de financiamento comunitário, incluindo o PT 2030, o PTRR e o Pedido único, pelo que apelou veemente, à participação massiva da população no registo no BUPI, antes do prazo limite, de forma a evitar custos futuros e potenciais restrições no acesso a financiamentos. -----

A Senhora Vereadora Luísa Gomes usou da palavra cumprimentando todos os presentes, bem como todo o auditório que acompanhava a presente reunião através das redes sociais e começou por fazer referência às iniciativas do Parlamento Júnior e do Parlamento Jovem, tendo neste sentido parabenizado todos os envolvidos, nomeadamente, alunos, professores, técnicos do Município de Fornos de Algodres e Direção do Agrupamento de Escolas de Fornos de Algodres. -----

Prosseguiu informando que no dia trinta de abril havia participado numa reunião de trabalho na Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela, que contou com a presença dos Senhores Presidentes de Câmara e Vereadores da Educação da região, bem como do Senhor Ministro da Educação, Ciência e Inovação, Dr. Fernando Alexandre, com o objetivo de se proceder à auscultação dos municípios sobre a realidade educativa de cada um dos concelhos, permitindo assim a partilha de preocupações, desafios e perspetivas de cada município, no domínio da educação e no dia dois de maio, esteve presente na cerimónia de homenagem ao Dr. José Carlos Falcão Lucas, um Homem de elevados valores, cujo percurso de vida e contributo para o concelho de Fornos de Algodres foram verdadeiramente marcantes, pelo que, tal reconhecimento público, ainda que póstumo, se reveste de grande importância e justiça. -----

Prosseguiu a sua intervenção endereçando um convite a todos os Jovens fornenses para participarem, no próximo dia nove de maio, entre as dez e as doze horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal, na iniciativa intitulada “NextGen Europa: Jovens de Fornos a desenhar o Futuro”, organizada pelo Município de Fornos de Algodres, no âmbito das comemorações do “Dia da Europa-2026”, com o intuito de promoção de um diálogo jovem sobre o futuro da Europa, com especial enfoque nos desafios da Europa 2030 e deu também conhecimento de que nos dias dezasseis e dezassete de maio de dois mil e vinte e seis, decorrerá no concelho de Fornos de Algodres, o XV Fim-de-Semana da Urtiga, integrando as Jornadas de Etnobotânica, sendo que, no dia dezasseis, as respetivas atividades terão lugar na freguesia da Matança e no dia dezassete, designadamente o Festival das Sopas de Urtiga, terá lugar no Mercado Municipal. Acrescentou ainda que as referidas iniciativas, organizadas pela Câmara Municipal de Fornos de Algodres, em parceria com a confraria da Urtiga, têm como principal objetivo, a promoção do património etnobotânico e da gastronomia local e a dinamização cultural do concelho de Fornos de Algodres, sendo que contarão também com a participação de várias pessoas da Segurança Social de vários distritos do país, que escolheram Fornos de Algodres para a realização do Encontro Nacional dos Centros da Cultura e Desporto dos Trabalhadores da Segurança Social. -----

O Senhor Vereador Rui Furtado usou da palavra, cumprimentando todos os presentes, bem como todo o auditório que acompanhava a reunião através das redes sociais, tendo começado por apresentar o seu pedido de desculpa pela sua ausência na cerimónia das comemorações do 25 de abril, o que se verificou em virtude de ter tido um pequeno percalço inerente à sua atividade empresarial, no entanto a Bancada do Partido Social Democrata foi representada, com muita honra, pelo Senhor Vereador, Eng.º João Gomes. -----

Prosseguiu informando que, para além do equipamento proveniente do protocolo com o ICNF e que se encontra inoperacional, existem outros equipamentos parados, destacando-se o caso de um trator seminovo atrelado a uma cisterna, imobilizado há vários meses, o que, na sua opinião, é um enorme desperdício, uma vez que representou um investimento significativo para o Município e poderia ser rentabilizado, para além de que seria deveras importante formar os elementos da equipa de trabalho para operar esses equipamentos, até porque profissionais qualificados, contribuem para uma maior rentabilidade e eficiência do trabalho. -----

Fez referência ao estado das estradas do concelho, com particular preocupação pela degradação de algumas vias na vila, onde começam a surgir buracos preocupantes, tendo, inclusivamente, identificado um caso concreto na Zona Sul, suscetível de gerar custos para o Município, quando na realidade até será de fácil resolução, para além de ter alertado para uma situação na Estrada Nacional 330, junto ao primeiro nó de Figueiró da Granja, no sentido Vila Chã-Estação, onde, na sequência de uma reparação efetuada pela Junta Autónoma das Estradas, após as intempéries, ficou uma lomba demasiado acentuada, considerada perigosa até para quem circula dentro dos limites legais de velocidade, pelo que seria imperativo resolver tal situação, antes que ocorra algum acidente. ----

Por último, o Senhor Vereador Rui Furtado fez referência à Estrada da Muxagata, tema já abordado na última reunião de Câmara e em Assembleia Municipal, tendo, neste sentido, solicitado esclarecimento sobre a origem dos fundos previstos para a sua reparação. Prosseguiu manifestando uma preocupação mais abrangente relativamente à forma como os investimentos no concelho, têm sido geridos pelo Município de Fornos de Algodres,

uma vez que os mesmos, designadamente em infraestruturas, dependem quase sempre de candidaturas a financiamento externo, algo que, embora compreensível, face a um orçamento municipal mais complicado, importa ultrapassar, pelo que, na sua opinião, terá de se priorizar aquilo que é verdadeiramente importante para o concelho, sem ficar dependente de candidaturas para realizar obras essenciais. Neste contexto, reiterou o interesse em conhecer a solução prevista para a Estrada da Muxagata, obra reclamada há cerca de dezasseis anos pelas populações que circulam na mesma, considerando-se que a situação se prolonga há demasiado tempo. No que diz respeito à questão inerente ao apoio aos incêndios, nomeadamente relativamente ao plano de apoio para a zona Norte do concelho, mais concretamente, Casal do Monte, no valor total de um milhão e oitocentos mil Euros, o Senhor Vereador Rui Furtado recordou que o Senhor Presidente havia manifestado incerteza, quanto à assinatura imediata do protocolo de reembolso, referente ao meio milhão de Euros e que a questão dos restantes um milhão e trezentos mil Euros se encontrava ainda em discussão, pelo que, neste sentido, questionou se o Município tencionava aceitar o meio milhão de Euros, no imediato, quais as prioridades definidas para a aplicação da referida verba e qual a calendarização prevista para a sua utilização. -----

Para terminar, o Senhor Vereador Rui Furtado abordou a questão dos eventos realizados em Fornos de Algodres, tendo destacado uma situação que verificou, aquando da receção aos Escuteiros, numa sexta-feira, feriado e que se prende com o facto de 90% do comércio local se encontrar encerrado, verificando-se apenas maior dinâmica comercial no dia seguinte, pelo que, na sua opinião, será fundamental envolver os comerciantes locais e sensibilizá-los para a realização dos eventos, uma vez que estes perdem o seu sentido se não gerarem retorno económico para a vila, ou seja, deveria verificar-se uma melhor articulação e calendarização com os comerciantes, de forma a garantir a sua disponibilidade e participação ativa na receção de visitantes ao concelho. Ainda relativamente à temática da agenda de eventos do Município de Fornos de Algodres, embora reconhecendo a relevância social e económica dos mesmos, o Senhor Vereador Rui Furtado referiu que o concelho vive excessivamente de eventos avulsos e pontuais, sem carácter estrutural, o que apenas contribui, de forma esporádica, para a economia local, não consolidando uma base económica sólida e crescente, que é o que efetivamente se pretende para o Município de Fornos de Algodres. -----

O Senhor Vereador João Gomes usou da palavra cumprimentando todos os presentes, bem como todo o auditório que acompanhava a presente reunião através das redes sociais e começou por expressar uma palavra de agradecimento ao Senhor Presidente e restantes membros do Executivo Municipal pela informação partilhada, considerada de extrema relevância, uma vez que, sendo as reuniões públicas e transmitidas, a informação é facultada a toda a população de Fornos de Algodres, o que permite um excelente acompanhamento das atividades levadas a efeito pelo Município de Fornos de Algodres. -----

Prosseguiu a sua intervenção lamentando que apenas tenha sido informado, com apenas quarenta horas de antecedência, sobre uma cerimónia de homenagem realizada no fim de semana anterior, em que foi atribuído o nome de um ilustre cidadão de Fornos de Algodres, a um jardim, sendo que, na sua opinião, o Senhor Presidente poderia ter auscultado os membros do Executivo, em reuniões de Câmara anteriores, uma vez que, a falta de comunicação não afeta apenas os eleitos, mas também a população de Fornos de Algodres, que, igualmente, não

teve conhecimento atempado da situação. Neste sentido, acrescentou ainda que é paradoxal receber com regularidade informações sobre eventos simples, como almoços e jantares e não ser consultado, nem informado, com a devida antecedência, sobre uma cerimónia de tal relevância. -----

Fez também referência a uma casa pertencente à antiga família Costa, localizada junto ao Terreiro, onde o Município de Fornos de Algodres pretende construir habitação acessível e que se encontra completamente degradada, com portas abertas, telhas a cair e graves problemas de salubridade e segurança para quem circula nas escadas e na quelha adjacente. Referiu ainda a existência de infestação de ratos documentada em fotografias, e alertou para o facto de ali residir uma criança de três a quatro anos, o que torna a situação ainda mais urgente de resolver, tendo também, neste contexto, acrescentado, que já havia alertado para este problema há vários anos, tendo inclusivamente levado ao local, o então Vereador, atual Vice-Presidente da Câmara Municipal de Fornos de Algodres. Ainda relativamente a esta temática, referiu que, durante a campanha eleitoral, o Senhor Presidente apresentou publicamente um projeto 3D, para a construção de habitações naquele local, sendo que, na sua opinião, antes de se divulgarem projetos 3D, publicamente, deveriam ter sido solicitados os pareceres necessários e elaborado um projeto adequado, pelo que os Senhores Vereadores da oposição irão estar atentos e não abdicarão da execução atempada da referida obra, tal como estarão atentos ao que foi mencionado pelo Senhor Presidente, relativamente à nova zona industrial, sendo que, na qualidade de oposição construtiva, fará questão de acompanhar de perto, se os projetos anunciados avançarem, ou não. Por fim, reiterou que a situação em causa deverá ser acautelada e resolvida com a máxima brevidade, até porque põe em causa a segurança de todos os fornenses. -----

O Senhor Vereador João Gomes fez também alusão a uma questão que considera de grande importância para o concelho de Fornos de Algodres, relacionada com um projeto turístico situado numa das zonas mais importantes da bacia hidrográfica do Alto Mondego, designadamente no Vale da Ribeira da Muxagata, na freguesia do Sobral Pichorro e que foi promovido por um cidadão britânico. Acrescentou que estava previsto um alojamento de qualidade, bem como um excelente restaurante, sendo que, aquando da sua inauguração, o evento contou com a presença do Presidente da Câmara Municipal e de todo o Executivo Municipal, bem como de uma Ministra da República Portuguesa, o que gerou grandes expectativas quanto ao seu impacto no concelho de Fornos de Algodres, no entanto, e passados tantos anos, o projeto encontra-se completamente parado, pelo que gostaria de saber qual o acompanhamento que tem sido feito ao mesmo e quais as razões da sua paralisação. -----

Solicitou também informação detalhada sobre os projetos financiados pelo PT 2030 através do ITI, referindo que, tanto os eleitos locais, como os cidadãos, têm dificuldade em acompanhar a execução dos mesmos, nomeadamente através do site do município, onde a informação se encontra dispersa e pouco clara, para além de que também solicitou uma explicação sobre o que representa a sigla ITI, admitindo tratar-se de uma verba distribuída pelos vários municípios da comunidade intermunicipal e, para terminar, solicitou ainda que fossem identificados, em concreto, os projetos que já se encontram financiados e aqueles que o serão, a curto prazo. ---

O Senhor Presidente usou da palavra e, relativamente ao equipamento do ICNF, informou que o mesmo já se encontra operacional, na sequência da assinatura do protocolo, da contratação do seguro e da realização da

respetiva formação dos operadores. Ressalvou, contudo, que a retroescavadora ainda não se encontra em funcionamento, aguardando-se a realização da formação específica para os técnicos, prevendo-se, no entanto, que a situação fique regularizada na semana seguinte. -----

Quanto à equipa de sapadores, referiu que a Câmara Municipal conta com uma equipa informal que desempenha um trabalho notável na limpeza das faixas de gestão de combustível, tendo sido feito um investimento significativo em equipamento, segurança e formação, sendo que a eventual constituição de uma nova equipa, implica necessariamente formação e equipamentos adequados, sob pena de não conseguirem cumprir a sua função. ----

No que diz respeito aos problemas nas vias do concelho, em particular na Vila de Fornos de Algodres, reconheceu a sua existência, no entanto sublinhou que foi dada prioridade à recuperação da estrada entre Vila Ruiva e Mesquitela, que se encontrava praticamente intransitável, o que gerava sérias dificuldades aos autocarros escolares, para além de ter informado que se verificou um ligeiro atraso que se prendeu com a necessidade de relançar o procedimento de aquisição de betuminoso, após o primeiro concurso ter ficado deserto, devido à subida de preços, no entanto, os trabalhos já estão em curso e seguramente estarão concluídos, a curto prazo. -----

Relativamente à situação da Estrada Nacional 330, o Senhor Presidente informou que irá transmitir às Infraestruturas de Portugal (IP) as preocupações elencadas, aproveitando para informar que havia tido uma reunião com a referida entidade no dia anterior, em que foi abordada a possibilidade de dar utilização ao parque habitacional da responsabilidade da IP, situado na zona da Estação e que se encontra sem qualquer tipo de aproveitamento. -----

Quanto ao investimento na estrada da Muxagata, o Senhor Presidente esclareceu que a intervenção será financiada única e exclusivamente com fundos próprios do Município, sem qualquer tipo de apoio externo, devendo ocorrer brevemente, a assinatura do auto de consignação, no sentido de o empreiteiro iniciar os trabalhos com a maior celeridade possível e evitar que o aumento de tráfego, esperado nos meses de verão, agrave o estado de degradação da mesma e possa originar a necessidade de trabalhos complementares. -----

Relativamente à questão dos incêndios, o Senhor Presidente informou que, numa fase inicial, havia manifestado algumas dúvidas quanto à assinatura do auto de consignação, por não compreender a lógica subjacente ao corte da verba em causa. Contudo, após ter recebido os esclarecimentos do Senhor Presidente da CCDR Centro e compreendido os motivos subjacentes, considerou fazer todo o sentido proceder à respetiva assinatura, à semelhança dos restantes Autarcas. Acrescentou ainda que a intervenção prevista diz respeito, essencialmente, à sinalética e à estabilização de taludes, podendo o Senhor Vereador Bruno Costa prestar esclarecimentos adicionais relativamente à situação. -----

Relativamente ao Encontro de Escuteiros, durante o qual se registou uma grande afluência de participantes na vila de Fornos de Algodres e em que se verificou o encerramento do comércio local, o Senhor Presidente referiu que tal se verificou, em virtude de ter coincido com o Dia do Trabalhador, o que terá levado as empresas a fechar. Acrescentou que o evento foi amplamente divulgado, no entanto, cabe à iniciativa privada decidir o que fazer, tendo em conta o equilíbrio necessário entre a atividade comercial e a vida pessoal dos seus funcionários, embora

tenha admitido que gostaria de ter mais estabelecimentos abertos em tais ocasiões, mas terá de respeitar as decisões de cada empresário do concelho. -----

O Senhor Presidente referiu que foi realizada uma reunião com as Juntas de Freguesia do concelho, com o objetivo de evitar a sobreposição de eventos no mesmo fim-de-semana, tal como se irá verificar nos dias dezasseis e dezassete de maio, esperando sinceramente que tal situação não se repita. Esclareceu que não se trata de eventos avulsos, mas sim de uma programação estruturada, em que a Câmara Municipal organiza os seus eventos e as Juntas de Freguesia têm igualmente a sua própria programação, sendo livres de criar animação no seu território, até porque, tal como o Senhor Deputado do PSD citou na última sessão de Assembleia Municipal, a dinamização das freguesias contribuirá para que a população circule entre as mesmas e para que os visitantes do concelho tenham uma oferta cultural diversificada. -----

Em resposta ao proferido pelo Senhor Vereador João Gomes, o Senhor Presidente afirmou não estranhar a posição manifestada, reiterando as obrigações assumidas, com plena consciência do trabalho a realizar e, no que concerne à Casa do Marquês de Tomar, o Senhor Presidente referiu que o Município de Fornos de Algodres aguarda, já há três meses, uma resposta do IHRU, sendo que o projeto de execução foi enviado há meio ano, tendo sido necessários três meses para comunicarem ao Município que seriam necessárias alterações ao nível da organização espacial em termos de projeto de arquitetura, uma vez que, tratando-se de uma obra de reabilitação, existem diversas especificidades nos projetos de especialidades que devem ser tidos em consideração. Acrescentou que já foi dada resposta a tais observações, sendo que, ainda durante a próxima semana, o Engenheiro responsável pelo Município de Fornos de Algodres, no IHRU, deverá responder favoravelmente à intenção de se avançar com a requalificação da Casa do Marquês de Tomar, que se encontra classificada como prioridade absoluta para o Município. Recordou ainda que o contrato de promessa de compra e venda com os proprietários já se encontra assinado há bastante tempo, lamentando a demora da situação, no entanto, a responsabilidade pela paragem do projeto não é do Câmara Municipal, uma vez que se tem respondido, com celeridade, a todos os pedidos de informação. Reconheceu que poderão existir dificuldades relacionadas com os mecanismos de financiamento que justifiquem a demora nas respostas, mas garantiu que o Município de Fornos de Algodres reforçará, junto do IHRU, a urgência de resolução da situação. -----

Quanto às questões de insalubridade, o Senhor Presidente comprometeu-se a solicitar à Engenheira Inês Madeira que proceda à verificação do local, garantindo que, caso seja necessário, serão tomadas medidas para assegurar as condições de salubridade da quelha em causa, atendendo também ao valor simbólico e histórico da mesma para as gentes de Fornos de Algodres, recordando que sempre serviu de ligação entre o Terreiro e o Quartel dos Bombeiros Voluntários, merecendo, por isso, ser cuidada com a devida dignidade. -----

Relativamente ao projeto Vale das Lobas, o Senhor Presidente esclareceu que o Município de Fornos de Algodres assumiu o papel de entidade parceira, reconhecendo o interesse do projeto para o concelho, mas sublinhou que se trata de um projeto financiado pelo Turismo de Portugal, sendo a sua execução da responsabilidade de um privado. Recordou que, em tempos, surgiu a dúvida do paradeiro do recheio da capela, tendo o Município diligenciado junto da Direção Regional de Cultura, à época, para desvendar a situação, tendo sido confirmado que

os bens se encontravam numa empresa de conservação e restauro, em Braga, estando atualmente toda a informação sobre o referido processo, na posse da CCDRC, entidade que sucedeu à Direção Regional de Cultura. Quanto ao estado atual do investimento, o Senhor Presidente informou não dispor de informação atualizada, desconhecendo inclusive se o investidor havia solicitado licenciamento para as obras, no entanto, comprometeu-se a articular com o Turismo de Portugal para perceber em que ponto se encontra o projeto, lamentando que o mesmo tenha chegado quase à fase de inauguração e, entretanto, tenha estagnado. -----

O Senhor Presidente prosseguiu a sua intervenção explicando o conceito de ITI — Investimentos Territoriais Integrados — tendo-o descrito como um instrumento que resulta de uma cadeia estratégica que parte da União Europeia, passa pela estratégia nacional, pela estratégia regional da Região Centro e pela estratégia sub-regional das Comunidades Intermunicipais, culminando na definição das ações e investimentos a financiar, todos eles alinhados entre si. Ainda relativamente a esta temática enumerou os projetos do Município de Fornos de Algodres que se encontram integrados no ITI, designadamente a Zona Industrial de Juncais, com cerca de novecentos mil Euros, o Ciclo Urbano da Água, o Ginásio Municipal e o Espaço de Coworking, sendo que, cada município, dispõe de uma verba global que distribui pelos seus projetos, tendo, no entanto, de respeitar percentagens de investimento por linha, definidas pelas orientações europeias, nacionais e regionais, o que obriga a ajustes entre os municípios, no sentido de garantir a coerência da referida distribuição. A título de exemplo, referiu que o Município de Fornos de Algodres havia alocado verbas à linha de eficiência energética sabendo, à partida, que dificilmente as utilizaria, à semelhança de outros municípios, numa lógica de aguardar uma reprogramação que permitisse libertar as mesmas para outros municípios com necessidades nessa área, recebendo em troca financiamento para áreas consideradas mais prioritárias. Nesse sentido, mencionou o investimento na Creche de Infias como um projeto que, tendo uma componente não financiada significativa, poderia agora ser acomodado nesse balanceamento de projetos, caso exista margem para tal. -----

O Senhor Presidente apresentou o seu pedido de desculpas pelo envio tardio do convite relativo à cerimónia de homenagem ao Dr. José Carlos Falcão Lucas. Informou, contudo, que a Câmara Municipal teve de aguardar pelos pareceres da Comissão de Toponímia e pela respetiva aceitação da proposta de topónimo, o que apenas ocorreu cerca de quarenta e oito horas antes da cerimónia, circunstância que condicionou a antecedência com que o convite pôde ser remetido. -----

No seguimento da intervenção do Senhor Presidente, o Senhor Vereador João Gomes usou da palavra manifestando a sua discordância relativamente ao processo de decisão sobre a atribuição do topónimo ao jardim, questionando, nesse sentido, se os Senhores Vereadores do PSD, não deveriam ter sido consultados e ter tido a oportunidade de dar a sua opinião. Sem pôr em causa a homenagem em si, sublinhou que o jardim é um espaço público que pertence à população de Fornos de Algodres e não à Câmara Municipal, enquanto instituição, pelo que os Senhores Vereadores, enquanto representantes de uma parte da população, deveriam ter sido ouvidos, tanto mais que, não só não o foram, como apenas tomaram conhecimento da situação, em cima do acontecimento, o que não deveria ter acontecido. -----

O Senhor Presidente usou da palavra reconhecendo a pertinência da observação do Senhor Vereador João Gomes e admitiu que, em situações futuras, a proposta de atribuição de topónimo, deverá ser previamente partilhada, pelo menos de forma informal, com os restantes Vereadores, pedindo assim desculpa por não o ter feito, neste caso. Ainda relativamente a esta situação, esclareceu que a Comissão de Toponímia tem precisamente a função de representar toda a comunidade fornense, sendo aberta a propostas de qualquer cidadão, cabendo-lhe avaliar e decidir sobre a atribuição de nomes, a locais. Quanto à representatividade da população, considerou-a assegurada pela própria composição da referida Comissão, que integra dois cidadãos não eleitos, nomeadamente o Senhor José Anastácio Ferreira e o Senhor José António Tomás, bem como todos os Presidentes de Junta de Freguesia do concelho de Fornos de Algodres. Não obstante, comprometeu-se a que, no futuro, qualquer proposta de atribuição de topónimo seja trazida à reunião de câmara, antes de ser formalizada. -

O Senhor Vereador Bruno Costa usou da palavra para clarificar a situação relativamente aos incêndios em Queiriz, explicando que o investimento em curso abrange taludes, muros, aquedutos e sinalética, tendo as pavimentações de estradas sido remetidas para a Secretaria de Estado da Mobilidade, aguardando-se assim a respetiva validação, para posterior execução. Acrescentou ainda que Eng.º Alberto Almeida se encontra a remodelar o projeto em duas fases, sendo que a primeira, no valor aproximado de seiscentos mil Euros, será lançada brevemente, ficando a parte das pavimentações para uma fase subsequente e, mais referiu, que a memória descritiva foi partilhada com os Senhores Vereadores, na pasta das reuniões de Câmara. -----

Prosseguiu a sua intervenção referindo que, quanto à estrada da Muxagata, se tem verificado uma dificuldade crescente em obter financiamento para tal tipo de infraestruturas, dado que a Comissão Europeia não financia a construção de estradas. Ainda assim, informou que o Município de Fornos de Algodres está a tentar candidatar a requalificação da estrada a um contrato de programa da DGAL, embora a respetiva elegibilidade não seja certa, no entanto, o objetivo será obter entre 30 a 50% do investimento, uma vez que não foi inscrita qualquer verba para o efeito, no Orçamento Municipal. -----

No que respeita às candidaturas e em resposta ao Senhor Vereador João Gomes, relativamente ao PDR, o Senhor Vereador Bruno Costa informou que o Executivo Municipal tem mantido as fichas de projeto de todos os investimentos, atualizadas, independentemente da fonte de financiamento: ITI, PRR, Centro 2020-30, fundos ambientais ou Sociedade Ponto Verde, sendo que toda a informação está disponível no site municipal, no separador Serviços Municipais - Candidaturas - servindo as fichas de projeto como evidência da execução, perante a Comissão Europeia. -----

Para terminar, o Senhor Presidente usou da palavra informando que no dia seguinte teria uma reunião com a Senhora Ministra do Ambiente, juntamente com outros municípios que fazem parte integrante da discussão da temática da barragem de Girabolhos, comprometendo-se assim a dar nota do resultado, na reunião seguinte. ----

## **PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----**

### **1-PROPOSTA DE ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 19 DE MARÇO DE 2026, PARA APROVAÇÃO. -----**

O Senhor Presidente, após leitura da ata, propôs a sua aprovação. -----

Aquando da votação, a Senhora Vereadora Luísa Gomes ausentou-se, uma vez que não esteve presente na reunião anterior. -----

**A Câmara deliberou aprovar por unanimidade dos presentes.** -----

**2-APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE FORNOS DE ALGODRES E O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE FORNOS DE ALGODRES.** -----

**Considerando que o presente protocolo de colaboração estabelece uma parceria entre o Município de Fornos de Algodres e o Agrupamento de Escolas de Fornos de Algodres, tendo como objeto o apoio ao Curso Profissional de Eletrónica, Automação e Computadores, em particular aos projetos “Rute Rural Culture” e “Concurso de Ideias de Negócio 2026”, integrado na Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela.** -----

**A parceria visa assegurar condições logísticas, materiais e de divulgação que permitam o adequado desenvolvimento das atividades letivas e projetos associados ao curso profissional, potenciando a formação prática dos alunos e a sua ligação ao território.** -----

**A colaboração enquadra-se nas atribuições municipais em matéria de educação e desenvolvimento local, contribuindo para:** -----

- **O apoio às atividades letivas e projetos pedagógicos;** -----
- **O reforço das competências técnicas dos alunos;** -----
- **A promoção do espírito empreendedor e da inovação;** -----

**Neste sentido, submete-se o presente protocolo à presente reunião do Órgão Executivo, para apreciação e votação.** -----

O Senhor Presidente usou da palavra informando que o assunto em apreciação está relacionado com o projeto “Rute Rural Culture”, desenvolvido pelos alunos do Curso Profissional de Eletrónica, Automação e Computadores, sendo intenção do Município de Fornos de Algodres, prestar o seu apoio através da adesão e assinatura do projeto, destacando que este já tem vindo a receber reconhecimento externo e que existem empresas interessadas no que está a ser desenvolvido, o que será potencialmente impactante para o concelho de Fornos de Algodres. Neste contexto, o Senhor Presidente sugeriu que o cartão do Município poderia servir de veículo para dar corpo à iniciativa, abrindo portas a desenvolvimentos futuros, tendo, a título de exemplo, explicado que a ideia passaria por atribuir pontos a quem visitasse determinados monumentos ou pontos de interesse turístico no concelho de Fornos de Algodres, pontos esses convertíveis em descontos no comércio local, com a possibilidade de os acessos

à respetiva aplicação, se traduzirem em apoio social para alunos mais carenciados. Concluiu a sua intervenção, considerando a iniciativa como uma ideia excelente, expressando orgulho pelo facto de o curso profissional de Eletrónica, Automação e Computadores, demonstrar tal capacidade de inovação e de tentar encontrar soluções para o desenvolvimento do território. -----

A Senhora Vereadora Luísa Gomes usou da palavra referindo que não tinha acompanhado o projeto, por se encontrar ausente, mas aproveitou para felicitar os alunos, professores do curso profissional de Eletrónica, Automação e Computadores e a Direção do Agrupamento de Escolas de Fornos de Algodres, pela iniciativa. ----

O Senhor Vereador Rui Furtado usou da palavra começando por felicitar a Escola Básica e Secundária de Fornos de Algodres, a sua Direção e respetivos alunos, pela iniciativa, considerando tal tipo de projetos muito relevantes e importantes para os jovens e para o seu futuro, tendo neste sentido, aproveitado para tecer uma reflexão que classificou, não como crítica, mas construtiva e necessária, sobre o ensino no concelho, nomeadamente o ensino profissional. Prosseguiu informando que, embora reconheça que a abertura de cursos depende do número de alunos interessados e embora o curso de Eletrónica, Automação e Computadores seja de facto muito importante, face à era tecnológica atual, defendeu que o Município tem um papel relevante junto da Direção da escola, no sentido de perceber as reais necessidades do concelho, em matéria de formação profissional, tendo, a título de exemplo, sugerido a oferta de cursos profissionais nas áreas de mecânica, hotelaria e culinária, instalações elétricas e energias renováveis, justificando que, ao olhar para a economia local, se verifica que os empresários do concelho, designadamente nas áreas automóvel e de equipamentos, enfrentam uma escassez de mão de obra qualificada, para além de que também sublinhou que uma oferta educativa orientada para as necessidades da economia local, contribuirá para a retenção natural dos jovens no concelho, reconhecendo, contudo, que se trata de uma questão complexa e que varia consoante as perspetivas e ambições de cada aluno. -----

O Senhor Vereador João Gomes usou da palavra questionando se poderia ser pormenorizado de que iniciativa se trata e quais as obrigações do Município de Fornos de Algodres, tendo o Senhor Presidente esclarecido que se trata de uma plataforma, apresentada pelos jovens, que permite que qualquer pessoa, através do smartphone, faça o registo dos pontos de interesse turístico do concelho de Fornos de Algodres, funcionando como uma espécie de jogo, em que a visita a um determinado número de monumentos, gera pontos, convertíveis em descontos no comércio local. Acrescentou que foi numa reunião posterior com os alunos, que surgiu a ideia de articular o projeto em causa, com o já existente cartão do municípe, considerando que ambos partilham uma lógica semelhante, ou seja, num dos casos, as compras no comércio local convertem-se em pontos com desconto e no outro, as visitas aos monumentos do concelho geram o mesmo tipo de benefício, pelo que, nesse sentido, lançou o desafio aos alunos, para pensarem na forma de conjugar as duas realidades e que incluísse uma funcionalidade que permitisse aos utilizadores avaliar o estado de conservação dos monumentos, uma vez que, por vezes, existem monumentos que necessitam de intervenção sem que os serviços municipais tenham conhecimento e, dessa forma, a aplicação tornar-se-ia uma ferramenta útil para os serviços municipais, permitindo uma intervenção mais rápida e eficaz sempre que fosse identificada uma situação de degradação. -----

Relativamente aos custos para o Município de Fornos de Algodres, informou que os mesmos se resumem à aquisição de t-shirts para que os alunos possam representar o Município e a Escola, aos custos de transporte e à eventual aquisição de equipamentos, como smartphones ou computadores, para testar a aplicação, sendo que, face ao investimento reduzido e ao retorno para a comunidade, o Município de Fornos de Algodres só terá a ganhar com a assinatura do presente protocolo. -----

Prosseguiu a sua intervenção defendendo a criação de um sistema intermunicipal de ensino profissional, no qual cada concelho pudesse especializar-se numa área diferente, designadamente, Mecânica, em Fornos de Algodres, Hotelaria, em Seia ou Celorico da Beira, ou eletricidade em Trancoso, permitindo reunir alunos de vários concelhos numa mesma turma, contudo, alertou que, para que tal seja viável, será necessário transformar simultaneamente a organização do ensino profissional e a rede de transportes escolares, visto que, se se mantiverem os horários tradicionais, com início às nove da manhã, inviabilizará tal proposta, uma vez que obrigará os alunos e as famílias a acordar muito cedo para se deslocarem entre concelhos, criando uma sobrecarga que tornaria a via profissional menos atrativa. Nesse sentido, referiu ter defendido junto da Comunidade Intermunicipal a necessidade de sensibilizar o Ministério da Educação para a introdução de maior flexibilidade horária no ensino profissional, permitindo que as aulas comecem mais tarde e terminem a horas que possibilitem o regresso dos alunos aos seus concelhos, através de uma rede de transportes dedicada exclusivamente ao ensino profissional. -----

Concluiu reconhecendo que dificilmente um único concelho conseguiria preencher uma turma inteira, numa determinada área profissional, mas que a agregação de alunos de vários concelhos vizinhos, poderia tornar tal objetivo alcançável, considerando ser esse o caminho mais inteligente para o ensino profissional, em territórios de baixa densidade, como o de Fornos de Algodres. -----

***A Câmara deliberou aprovar por unanimidade.*** -----

### **3-APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO INTERCALAR DE MONITORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS E INFRAÇÕES CONEXAS (PGRIC).** -----

**Considerando:** -----

- **Que a alínea b), n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, determina a elaboração do relatório de avaliação anual, contendo nomeadamente a quantificação do grau de implementação das medidas preventivas e corretivas identificadas, bem como a previsão da sua plena implementação;** -----
- **O PGRIC, em vigor no Município de Fornos de Algodres impõe, igualmente, a avaliação da monitorização das medidas de prevenção para eliminação e tratamento dos riscos de gestão e infrações conexas, suscetíveis de ocorrência;** -----
- **Foi elaborado o relatório intercalar em anexo que sistematiza a informação obtida, avaliando o grau de execução do PGRIC;** -----

- **Que o sucesso deste instrumento, depende de uma monitorização eficaz. -----**  
**Tendo por base o exposto e o conteúdo do Relatório de Monitorização, submete-se o mesmo a apreciação e votação na presente reunião do Órgão Executivo. -----**

O Senhor Presidente usou da palavra informando que o presente relatório apresenta uma taxa de execução de 78% das medidas previstas, reconhecendo a necessidade de implementar as que se encontram ainda por concretizar, às quais será dada prioridade. -----

O Senhor Vereador Bruno Costa usou da palavra referindo tratar-se de um documento de análise complexa, e que a proposta deixada pela equipa da qualidade, em ata anexa ao documento, passa por uma futura revisão e atualização do seu conteúdo, uma vez que algumas das medidas já se encontram ultrapassadas ou mesmo descontinuadas. -----

O Senhor Vereador João Gomes usou da palavra questionando se o documento em apreciação é de carácter obrigatório para os municípios, nos termos da legislação em vigor, tendo o Senhor Vereador Bruno Costa respondido afirmativamente, uma vez que o mesmo está relacionado com o chamado Mecanismo Nacional de Anticorrupção, designadamente, o MNAC, e implica ter de ser dado a conhecer à Assembleia Municipal, ao Tribunal de Contas e ao IGF. -----

Neste contexto, o Senhor Presidente complementou a informação confirmando o carácter obrigatório do documento em causa, alertando para a necessidade de cautela no processo de simplificação, dado que o mesmo obedece a normas específicas de elaboração, sendo que o documento foi concebido para uma escala muito superior à dos municípios de menor dimensão, gerando dificuldades práticas na sua aplicação em territórios como o de Fornos de Algodres. A título de exemplo, referiu que a legislação determina que o responsável pelo MNAC deverá ser um Diretor de departamento, cargo que o Município de Fornos de Algodres não possui, dispondo apenas de Chefes de divisão, sendo que, no mandato anterior, perante esta indefinição, a responsabilidade tinha recaído sobre o Senhor Vice-Presidente, por se entender que deveria ser um eleito local, solução que atualmente se considera sem sentido, pelo que, no corrente ano, foram pedidos esclarecimentos ao MNAC, tendo sido confirmado que a responsabilidade poderia ser delegada num Chefe de divisão. Informou ainda que, sendo a função equivalente à de um Diretor de departamento, deveria existir a possibilidade de equiparação remuneratória para o Chefe de divisão que assume tal responsabilidade acrescida, uma vez que, em municípios de maior dimensão, os responsáveis pelo MNAC se dedicam exclusivamente a essa função e auferem remunerações superiores. Neste sentido, endereçou um agradecimento público ao Chefe de divisão de Administração Geral, Dr. Américo Domingues, por ter aceite, voluntariamente, a responsabilidade, sem qualquer suplemento remuneratório, tendo ainda acrescentado que, tal questão, deveria ser colocada no âmbito da Associação Nacional de Municípios, uma vez que se deveria remunerar tal cargo, de forma equitativa, e que, ou o regime passa a ser simplificado para os municípios de menor dimensão, ou deverá ser encontrada uma forma de compensação remuneratória adequada a tal enorme responsabilidade. -----

**A Câmara deliberou aprovar por unanimidade. -----**

**4-RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DO PLANO DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL, RELATIVO AO 1º TRIMESTRE DE 2026, PARA CONHECIMENTO. -----**

**Considerando que nos termos e para os efeitos previstos no regime jurídico do Fundo de Apoio Municipal, aprovado pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, na sua redação atual, vem a Divisão de Administração Geral submeter à apreciação da Câmara Municipal o Relatório de Monitorização do Plano de Ajustamento Municipal (PAM) referente ao 1.º trimestre de 2026. -----**

**O Plano de Ajustamento Municipal foi aprovado ao abrigo do disposto na Lei n.º 53/2014, que estabelece o regime de recuperação financeira municipal, definindo os mecanismos de assistência financeira aos municípios em situação de desequilíbrio financeiro estrutural. -----**

**Nos termos do artigo 29.º e seguintes do referido diploma legal: -----**

**O Município encontra-se obrigado ao cumprimento das medidas constantes do PAM aprovado; -----**

**Deve proceder à elaboração de relatórios periódicos de monitorização; -----**

**Os relatórios devem ser submetidos à apreciação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal; -----**

**Devem igualmente ser remetidos ao FAM e à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), para efeitos de acompanhamento e controlo. -----**

**Assim, propõe-se que a Câmara Municipal tome conhecimento do Relatório de Monitorização do Plano de Ajustamento Municipal e delibere submetê-lo à Assembleia Municipal, para conhecimento. -----**

O Senhor Presidente usou da palavra informando que a revisão do Plano de Ajustamento Municipal continua em curso, perspetivando-se o encerramento do respetivo processo durante o mês de maio, sendo que, até à conclusão da revisão, o relatório em vigor, não reflete a realidade atual do Município de Fornos de Algodres, o que explica as diferenças verificadas ao nível dos valores de receita e despesa, no entanto, verifica-se que, atualmente, o mesmo demonstra equilíbrio, nas contas municipais. -----

O Senhor Vereador Rui Furtado usou da palavra questionando se as reuniões, no âmbito do PAM, têm efetivamente abordado matérias relevantes, nomeadamente a negociação da taxa de juros e das condições de financiamento, bem como a redução do IMI, de Derramas e de outras taxas suportadas pelo Município de Fornos de Algodres e empresas locais. Fundamentou a sua preocupação no facto de o concelho se encontrar entre os de menor capacidade económica do país, quer ao nível da dívida, quer ao nível do rendimento per capita, considerando essencial que a negociação com o PAM contribua para a melhoria da qualidade de vida e da capacidade financeira dos fornenses. -----

Em resposta ao Senhor Vereador Rui Furtado, o Senhor Presidente esclareceu que, relativamente à taxa de juros, ainda não se tinha chegado a essa fase da negociação, admitindo não existir grande margem negocial, uma vez que a mesma se encontra indexada à taxa de juros da República e quanto às restantes questões, referiu que a

Derrama e a Participação variável no IRS são impostos que, ao abrigo da Lei do Fundo de Apoio Municipal, não podem ser objeto de negociação, sendo apenas possível discuti-los com o Legislador, caso sejam retirados do quadro legal. -----

Relativamente ao IMI, informou que a taxa já havia sido reduzida de 0,45 para 0,41, considerando difícil uma redução mais significativa, embora tenha manifestado a intenção de abordar eventual possibilidade, junto do FAM. Concluiu reiterando que, no que respeita à Derrama e à Participação variável do IRS, não existe qualquer possibilidade de atuação, por parte do Município de Fornos de Algodres. -----

***A Câmara deliberou aprovar por unanimidade.*** -----

#### **5-APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA POLÍTICA DA QUALIDADE – REV. 2026.** -----

No âmbito do compromisso da Câmara Municipal de Fornos de Algodres com a melhoria contínua da qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos e demais partes interessadas, foi revista e atualizada a Política da Qualidade, documento estruturante do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) da Autarquia, alinhado com a norma NP EN ISO 9001:2015. -----

A presente política reafirma a Câmara Municipal como uma organização pública moderna, responsável e orientada para o cidadão, definindo princípios claros de atuação que suportam a organização, o planeamento, a monitorização e a melhoria contínua dos serviços municipais. -----

A aprovação da Política da Qualidade – Rev. 2026, pelo Executivo Municipal constitui um requisito essencial para: -----

- **Garantir o alinhamento estratégico da organização com os princípios da qualidade e da melhoria contínua;** -----
- **Assegurar a adequada comunicação interna e externa da política definida;** -----
- **Sustentar a implementação, manutenção e melhoria do Sistema de Gestão da Qualidade;** -----
- **Evidenciar o compromisso da Autarquia com a qualidade, a transparência e a excelência no serviço público.** -----

Face ao exposto, propõe-se ao Executivo Municipal a aprovação da Política da Qualidade – Revisão 2026, nos termos apresentados, para posterior divulgação e aplicação em toda a estrutura organizacional da Câmara Municipal de Fornos de Algodres. -----

O Senhor Presidente manifestou o seu agradecimento à equipa da qualidade, na pessoa do Senhor Vice-Presidente, Eng.º Bruno Costa, pelo trabalho desenvolvido, classificando-o de grande intensidade e qualidade e cuja visão revista, apresentada, se encontra devidamente alinhada com as prioridades do Município de Fornos de Algodres, destacando-se como eixos centrais o foco no cidadão, a melhoria contínua, a transformação digital, a simplificação administrativa na relação com os cidadãos, a valorização dos recursos humanos e o cumprimento

dos requisitos legais e normativos, reafirmando-se assim o compromisso do Município de Fornos de Algodres, com a política da transparência e a prestação de um excelente serviço público. -----

***A Câmara deliberou aprovar por unanimidade*** -----

## **6-ENCERRAMENTO DE CONTA BANCÁRIA DO MUNICÍPIO DE FORNOS DE ALGODRES, NO BANCO BPI.**

**Considerando que:** -----

- 1. Que o Município de Fornos de Algodres é titular da conta bancária n.º PT50001000001521618010179, domiciliada na instituição bancária Banco BPI;** -----
- 2. Que a referida conta se encontra atualmente sem utilização;** -----
- 3. Que, em face da reorganização da tesouraria municipal, deixou de se justificar a manutenção da mesma;** -----
- 4. Que se encontra assegurada a inexistência de movimentos pendentes, débitos diretos ativos ou responsabilidades financeiras associadas à referida conta, ou que os mesmos serão devidamente regularizados previamente ao respetivo encerramento;** -----
- 5. Que, nos termos da legislação aplicável e do art.º 35 da Norma de Controlo Interno do Município, o encerramento de contas bancárias municipais carece de deliberação do órgão executivo;** -----
- 6. Que, nos termos do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, as entidades públicas devem assegurar uma gestão financeira rigorosa, transparente e racional, incluindo o controlo adequado das disponibilidades financeiras e das contas bancárias;** -----

**Nestes termos, submete-se a presente proposta, para que o Executivo Municipal, em sede de reunião de Câmara, delibere:** -----

- 1. Autorizar o encerramento da conta bancária titulada pelo Município de Fornos de Algodres, com o IBAN PT50001000001521618010179, domiciliada na instituição bancária Banco BPI.** -----

O Senhor Presidente usou da palavra referindo que os pontos em apreciação (6 e 7) dizem respeito ao encerramento de contas bancárias do Município de Fornos de Algodres, nomeadamente no Banco BPI e no Banco Millennium BCP, uma vez que, existindo condições equivalentes no mercado, o Município deverá privilegiar as instituições, com presença física no território, que empregam pessoas localmente e prestam serviços aos munícipes, sem os obrigar a deslocar-se a outros concelhos. Manifestou ainda o seu desagrado pela forma como o BPI abandonou o concelho de Fornos de Algodres, considerando que a saída foi indigna de uma instituição de tal dimensão. -----

O Senhor Vereador Rui Furtado usou da palavra começando por se declarar isento na escolha da instituição bancária em concreto, uma vez que exerce funções no setor bancário, contudo, aproveitou para elogiar a decisão

do Executivo Municipal, defendendo que o Município de Fornos de Algodres deve olhar para dentro do seu território e apoiar os serviços locais. Neste contexto, alertou para uma situação que se tem verificado, com alguma frequência em concelhos vizinhos, onde os Executivos permitem a redução ou o encerramento de serviços bancários, sem qualquer intervenção prévia, no sentido de travar tal perda, sendo que é sempre a população quem fica a perder, com o desaparecimento dos serviços. -----

Concluiu elogiando a postura do Executivo Municipal de Fornos de Algodres, reiterando que as entidades com presença no concelho, são aquelas a quem se deve dar prioridade. -----

***A Câmara deliberou aprovar por unanimidade*** -----

**7-ENCERRAMENTO DE CONTA BANCÁRIA DO MUNICÍPIO DE FORNOS DE ALGODRES, NO BANCO MILLENNIUM BCP.** -----

**Considerando que:** -----

- 1. Que o Município de Fornos de Algodres é titular da conta bancária n.º PT500003300004524517605905, domiciliada na instituição bancária Banco Millennium BCP; -----**
- 2. Que a referida conta se encontra atualmente sem utilização; -----**
- 3. Que, em face da reorganização da tesouraria municipal, deixou de se justificar a manutenção da mesma; -----**
- 4. Que se encontra assegurada a inexistência de movimentos pendentes, débitos diretos ativos ou responsabilidades financeiras associadas à referida conta, ou que os mesmos serão devidamente regularizados previamente ao respetivo encerramento; -----**
- 5. Que, nos termos da legislação aplicável e do art.º 35 da Norma de Controlo Interno do Município, o encerramento de contas bancárias municipais carece de deliberação do órgão executivo; -----**
- 6. Que, nos termos do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, as entidades públicas devem assegurar uma gestão financeira rigorosa, transparente e racional, incluindo o controlo adequado das disponibilidades financeiras e das contas bancárias; -----**

**Nestes termos, submete-se a presente proposta para que o Executivo Municipal, em sede de reunião de Câmara, delibere, o seguinte:** -----

- 1. Autorizar o encerramento da conta bancária titulada pelo Município de Fornos de Algodres, com o IBAN PT500003300004524517605905, domiciliada na instituição bancária Banco Millennium BCP. -----**

O Senhor Presidente usou da palavra, esclarecendo que a proposta relativa ao encerramento da conta bancária do Município de Fornos de Algodres no Banco Millennium BCP surge na sequência da estratégia já anteriormente referida pelo Executivo Municipal, no sentido de privilegiar instituições bancárias com presença física no concelho

e proximidade efetiva aos munícipes. Referiu que, num contexto em que existem soluções bancárias equivalentes, entende o Município dever valorizar as entidades que mantêm serviços locais, contribuem para a dinâmica económica do território e asseguram um atendimento de proximidade, à população. -----

***A Câmara deliberou aprovar por unanimidade.*** -----

**8-APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DA COMPATIBILIDADE TERRITORIAL E LEGAL DO PROJETO – SISTEMAS DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DAS POVOAÇÕES DE MACEIRA, MATANÇA E MUXAGATA.** -----

**A presente informação tem por objeto o enquadramento territorial, urbanístico e legal do Projeto – Sistemas de Tratamento de Águas Residuais das Povoações de Maceira, Matança e Muxagata, que consiste na desativação das fossas sépticas existentes e na sua substituição por Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) compactas do tipo SBR.** -----

**O projeto visa dotar os referidos aglomerados de uma solução de saneamento mais eficiente e ambientalmente adequada, melhorando a qualidade do tratamento de águas residuais e assegurando a proteção da saúde pública e do meio ambiente.** -----

**Neste sentido, propõe-se que a Câmara Municipal reconheça a compatibilidade territorial e legal do Projeto e autorize o seu prosseguimento nos termos legais.** -----

O Senhor Presidente usou da palavra referindo que os pontos em apreciação (8 e 9) dizem respeito ao “Projeto - Sistema de Tratamentos de Águas Residuais -” das povoações de Maceira, Matança e Muxagata, bem como das povoações de Algodres, Casal Vasco e Vila Soeiro do Chão. -----

Prosseguiu sublinhando a importância do ponto em apreciação para, no âmbito da ITI, se poderem lançar as empreitadas necessárias à requalificação do Sistema de Tratamento de Águas Residuais, uma vez que se trata de uma prioridade absoluta para o Município de Fornos de Algodres. Referiu ainda que se encontram a ser estudadas soluções para outras povoações, com necessidades semelhantes, nomeadamente Queiriz e Casal do Monte, tendo, neste sentido, manifestado o seu agradecimento aos serviços municipais pelo trabalho desenvolvido, solicitando também que fosse dada a maior prioridade possível, à resolução de tais problemas, dado o impacto significativo que têm na qualidade de vida da população. -----

O Senhor Vereador Bruno Costa usou da palavra recordando ter informado em reuniões anteriores que o Município de Fornos de Algodres aguardava o fecho dos projetos técnicos para submeter a candidatura à ITI, no âmbito do Ciclo urbano da água, reconhecendo que a verba disponível não permitirá financiar a totalidade das infraestruturas necessárias. Esclareceu que os projetos apresentados são os que já dispõem de Parecer favorável, por parte da Agência Portuguesa do Ambiente, estando os restantes em fase de instrução, com o objetivo de se obter Parecer positivo no ano seguinte. Referiu também que as soluções previstas para as freguesias de Maceira, Matança e

Muxagata são idênticas às já implementadas e em funcionamento, em Vila Ruiva, Ramirão e Cortiçô, investimentos esses financiados a 100%, via Orçamento Municipal. Quanto às localidades de Vila Soeiro do Chão, Algodres e Casal Vasco, referiu que, devido à menor dimensão populacional, a solução adotada é distinta, aproveitando-se a infraestrutura existente e alargando-a a um tratamento final de infiltração, solução que destacou por ser a primeira aprovada pela Agência Portuguesa do Ambiente, na região Centro, e fundamentada numa experiência similar já existente na região Norte. -----

Concluiu a sua intervenção, apelando ao lançamento das empreitadas com a maior brevidade possível, reafirmando o compromisso, assumido em campanha eleitoral, de executar tais investimentos, dada a sua importância para as populações. -----

O Senhor Vereador Rui Furtado usou da palavra manifestando satisfação por tal matéria constar da agenda do Executivo Municipal, recordando que se trata de uma preocupação há muito sinalizada, dada a existência de fossas a verter, a céu aberto, com grande impacto, em termos de poluição, nos lençóis freáticos e linhas de água do concelho, tendo, neste sentido, formulado duas questões que se prendem com os critérios de seleção das localidades em causa, em detrimento de outras igualmente urgentes, e com a preocupação de dependência de financiamentos externos. -----

Para terminar, alertou para o risco de reprovação dos projetos, o que provocará que os mesmos voltem a ficar em lista de espera, considerando ser uma fragilidade recorrente, na execução de investimentos municipais. -----

O Senhor Vereador João Gomes usou da palavra, considerando a informação apresentada bastante positiva, uma vez que a mesma se encontra alinhada com o Programa eleitoral do Partido Social-Democrata, tendo, neste sentido, questionado qual a autoria dos projetos de execução e, a título exemplificativo, sobre o custo aproximado associado ao Projeto da ETAR da freguesia da Muxagata, reconhecendo tratar-se de sistemas compactos e adaptados à dimensão de cada localidade. -----

Aproveitou ainda para deixar uma nota de caráter mais amplo, aplicável às referidas intervenções, bem como a futuras obras municipais, apelando a um rigoroso acompanhamento e fiscalização efetiva de todos os trabalhos, sejam eles inerentes a ETAR(s), estradas ou a outras intervenções previstas, sendo que, na sua opinião, o Município de Fornos de Algodres, na qualidade de dono da obra, não se deve limitar à receção do termo de responsabilidade do empreiteiro, devendo certificar-se diretamente de que todas as obras são executadas de acordo com os princípios e regras técnicas, que garantam a sua durabilidade e bom funcionamento, em prol do concelho de Fornos de Algodres. -----

O Senhor Vereador Bruno Costa usou da palavra, referindo que o Município de Fornos de Algodres já dispõe de uma vasta experiência que advém da construção de três infraestruturas semelhantes, sendo que as soluções previstas para as novas localidades seguirão o mesmo modelo, justificando as referidas opções, pela conformidade com a saída do caudal no final da referida infraestrutura, com a legislação em vigor e atendendo ao menor custo de manutenção mensal. -----

Quanto aos projetos em causa, informou que toda a documentação, incluindo memória descritiva, medições e respetivo orçamento, se encontra disponível na pasta partilhada das reuniões de Câmara, tendo, no entanto informado, que a ETAR da Muxagata está orçada em cento e setenta mil Euros. -----

Relativamente à questão do financiamento externo, referiu que, tendo em conta o orçamento municipal, dificilmente o Município de Fornos de Algodres conseguiria investir seiscentos mil Euros ou dispor de um milhão de Euros para a requalificação de estradas, sem recorrer a financiamento, pelo que impera procurar financiamento externo, no sentido de se desenvolver projetos sólidos e elaborados por entidades competentes, para que o Município de Fornos de Algodres consiga dar resposta às necessidades da população. -----

O Senhor Presidente usou da palavra referindo que a escolha das localidades a intervencionar resultou do cruzamento de dois fatores, designadamente a urgência de intervenção e a capacidade de desenvolver projetos, em tempo útil, para obter o Parecer positivo por parte da Agência Portuguesa do Ambiente. Acrescentou que existem outras situações igualmente urgentes, como as de Queiriz e Casal do Monte, sendo que, à medida que os pareceres forem sendo obtidos, os mesmos serão submetidos na ITI. -----

Quanto à questão do financiamento externo, considerou que seria pouco inteligente utilizar recursos municipais próprios para este tipo de investimento, quando existem verbas comunitárias disponíveis para tal finalidade, uma vez que o recurso a financiamento comunitário permite libertar tesouraria, para reinvestir noutros projetos estruturantes para o concelho de Fornos de Algodres. -----

Concluiu reafirmando que o recurso a fundos comunitários tem sido determinante para o Município, permitindo-lhe apresentar candidaturas a praticamente todos os Avisos disponíveis e manter um nível de investimento comparável ao dos municípios vizinhos que integram a Comunidade Intermunicipal. Garantiu que a referida estratégia se manterá, dando sempre prioridade à articulação entre as necessidades do concelho de Fornos de Algodres e as oportunidades de financiamento disponíveis, a nível comunitário e nacional. -----

Relativamente às questões do Senhor Vereador João Gomes, o Senhor Presidente informou que os projetos de execução foram elaborados pela empresa AGR, selecionada mediante concurso e, relativamente à fiscalização, referiu que o Executivo Municipal mantém uma relação muito franca e transparente com a Divisão Técnica Municipal, nunca tendo exercido qualquer tipo de pressão sobre os serviços para fiscalizar obras, sendo que, quando os mesmos declaram não ter capacidade para o fazer, em termos de disponibilidade de tempo, dado o elevado volume de trabalho existente e o reduzido número de técnicos, a fiscalização será contratada externamente. Acrescentou ainda que, em qualquer dos casos, será sempre mantida a exigência de uma fiscalização rigorosa, de forma a garantir a qualidade e durabilidade das respetivas obras. -----

O Senhor Vereador João Gomes manifestou o seu agrado relativamente à posição expressa pelo Senhor Presidente quanto à responsabilização pela boa execução das obras municipais e, na qualidade de cidadão de Fornos de Algodres, referiu que uma das suas principais preocupações, ao longo do tempo, tem sido a construção de obras que, passados dois ou três anos, apresentam graves problemas de qualidade construtiva, como infiltrações e outros defeitos. A título de exemplo, mencionou a situação verificada, aquando da realização de uma reunião de Câmara em Figueiró da Granja, numa obra recente, inaugurada pelo anterior Executivo Municipal e

que já se encontra em estado lastimável, situação essa que havia sido inclusivamente denunciada, publicamente, pelo Presidente da Junta da referida Freguesia. Reconheceu que nem sempre a responsabilidade legal de fiscalização recai sobre os técnicos da câmara, existindo diversas variáveis a ter em consideração, no entanto apelou a uma atitude proativa e exigente, por parte do Município, na fiscalização de todas as construções realizadas em Fornos de Algodres, concluindo que já basta de obras mal executadas e com problemas recorrentes, tendo em conta que o dinheiro investido pertence a todos os fornenses. -----

O Senhor Vereador Rui Furtado usou da palavra solicitando que ficasse bem claro o sentido da sua prévia intervenção, relativamente a candidaturas a fundos comunitários, afirmando ser o primeiro defensor do recurso a esse tipo de financiamento. Contudo, clarificou que o que havia defendido anteriormente se prendia com o facto de, caso uma candidatura não fosse aprovada e o Município não dispusesse de verba suficiente para uma determinada empreitada, de grande dimensão, deveria ser adotada uma abordagem faseada, investindo anualmente entre cem e duzentos mil Euros, de forma que a obra ficasse concluída ao fim de três ou quatro anos, posição essa que, inclusivamente, já se encontra registada em ata anterior. Sublinhou que a sua preocupação não se prende com a captação de fundos comunitários em si, da qual é totalmente a favor, mas sim com o facto de, no município de Fornos de Algodres, existirem exemplos de obras de grande relevância em que as candidaturas foram apresentadas, não foram aprovadas e nada foi feito, em alternativa. Nesse sentido, solicitou ao Senhor Presidente que não ficasse com uma ideia errada sobre a sua posição, reafirmando e reiterando o seu total apoio à captação de recursos comunitários para desenvolvimento de projetos municipais. -----

Face ao exposto pelo Senhor Vereador João Gomes relativamente à obra em Figueiró da Granja, o Senhor Presidente usou da palavra esclarecendo que a mesma não foi da responsabilidade da Câmara Municipal, sendo a Junta de Freguesia a dona da obra, pelo que deverá dispor de mecanismos legais para obrigar o empreiteiro a repor a qualidade da infraestrutura, nomeadamente através das garantias previstas no regime contratual. Acrescentou que desconhece se tais mecanismos já haviam sido acionados, no entanto sublinhou que o mais importante seria que o equipamento fosse reparado e colocado novamente ao serviço da população. -----

Quanto à clarificação por parte do Senhor Vereador Rui Furtado, o Senhor Presidente afirmou ter compreendido o seu ponto de vista, referindo o exemplo da estrada da Muxagata, como prova de que o Município de Fornos de Algodres também intervém, mesmo sem financiamento assegurado, no entanto, infelizmente, não é possível intervir em todas as situações, simultaneamente, dada a limitação orçamental existente. Defendeu que, mesmo quando uma candidatura não é aprovada, a estratégia incidirá sempre no aperfeiçoamento da mesma e na insistência da sua aprovação, sem sobrecarregar o orçamento municipal. -----

***A Câmara deliberou aprovar por unanimidade*** -----

**9-APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DA COMPATIBILIDADE TERRITORIAL E LEGAL DO PROJETO – SISTEMAS DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DAS POVOAÇÕES DE ALGODRES, CASAL VASCO E VILA SOEIRO DO CHÃO.** -----

**A presente informação tem por objeto o enquadramento territorial, urbanístico e legal do Projeto – Sistemas de Tratamento de Águas Residuais das Povoações de Algodres, Casal Vasco e Vila Soeiro do Chão, que consiste na reabilitação de fossas sépticas existentes, enquanto soluções de saneamento básico ao serviço das respetivas populações. -----**

**O projeto visa melhorar as condições de funcionamento das infraestruturas de tratamento primário de águas residuais domésticas, assegurando a salvaguarda da saúde pública, a proteção dos recursos hídricos e do solo e a conformidade com os instrumentos de gestão territorial e regimes de proteção em vigor. -----**

**Neste sentido, propõe-se que a Câmara Municipal reconheça a compatibilidade territorial e legal do Projeto e autorize o seu prosseguimento nos termos legais. -----**

O Senhor Presidente usou da palavra, referindo que o ponto em apreciação diz respeito ao projeto relativo aos sistemas de tratamento de águas residuais das povoações de Algodres, Casal Vasco e Vila Soeiro do Chão, enquadrando-se o mesmo na continuidade da estratégia municipal de reforço das infraestruturas de saneamento básico e de melhoria das condições ambientais e de saúde pública no concelho. -----

***A Câmara deliberou aprovar por unanimidade -----***

#### **10-PROPOSTA DE ATA EM MINUTA, PARA APROVAÇÃO -----**

O Senhor Presidente, após leitura da minuta da ata, propôs a sua aprovação. -----

***A Câmara deliberou aprovar por unanimidade. -----***

#### **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

O Município António Cardoso usou da palavra, passando a declarar o seguinte: “Bom dia, Senhor Presidente, Dr. Alexandre Lote, Senhor Vice-Presidente, Eng.º Bruno Costa, Senhores Vereadores, Dra. Luísa Gomes, Dr. Rui Furtado e Eng.º João Gomes, bem como Senhores Técnicos Municipais. Em primeiro lugar, quero dar os parabéns ao Senhor Presidente, Dr. Alexandre Lote, e a todo o Executivo Municipal, por estarem sempre disponíveis para os munícipes e por permitirem que as reuniões sejam públicas e participadas. Quero também relembrar o Senhor Presidente dos assuntos que ambos já tivemos oportunidade de discutir. A minha primeira questão prende-se com a utilização de herbicidas, perguntando se não será possível deixar de os utilizar. Referiu que, embora já tenha ouvido a explicação de que os produtos utilizados são biodegradáveis, continua, atendendo também à sua idade e experiência, a considerar que os mesmos poderão prejudicar o ambiente. Seguidamente, abordou a questão da

Praia Fluvial do Mondego e do respetivo açude, referindo tratar-se de um espaço muito agradável para utilização familiar, quer para banhos, quer para permanência e lazer, destacando a existência de sombra e mesas de apoio. Recordou ainda que, antes das intervenções realizadas no açude, o leito do rio possuía bastante areia, permitindo brincar na água, tanto adultos como crianças, existindo zonas com profundidade adequada para nadar e outras com pouca profundidade. Acrescentou que o açude foi intervencionado por duas vezes, com o objetivo de reter água nos períodos de seca, considerando, contudo, que tal objetivo nunca foi plenamente alcançado, uma vez que a água continua a escoar por baixo da estrutura, verificando-se uma descida significativa do nível da água sempre que deixa de correr. Referiu igualmente as obras realizadas de apoio à praia, manifestando reservas quanto à utilidade de uma das estruturas edificadas, a qual classificou como um “mamarracho”, acrescentando que o espaço em causa terá, na sua opinião, cerca de cento e dez metros quadrados, questionando se não seria possível proceder à sua requalificação e transformação num espaço com maior utilidade e eventualmente com funcionamento durante todo o ano. Questionou ainda se seria possível valorizar a praia fluvial sem necessidade de recorrer às piscinas existentes, referindo tratar-se de questões que considerava pertinentes para análise pelos Técnicos do Município, nomeadamente pelo Eng.º Paulo. Concluiu agradecendo igualmente aos Senhores Vereadores Dr. Rui Furtado e Eng.º João Gomes, considerando-os uma oposição responsável e reconhecendo o contributo das suas ideias para o concelho. Terminou desejando continuação de bom trabalho a todos, em prol de Fornos de Algodres.” -----

O Senhor Presidente usou da palavra, agradecendo, em nome de todo o Executivo Municipal, as palavras do Senhor António Cardoso e relativamente à utilização de herbicidas, esclareceu que o Município de Fornos de Algodres utiliza exclusivamente produtos legalmente permitidos, no entanto, manifestou concordância com a preocupação demonstrada. Neste contexto alertou para a necessidade de sensibilizar a população, explicando que uma eventual redução ou eliminação do uso de herbicidas, implicará uma maior presença de ervas nos caminhos, uma vez que não haverá capacidade humana para realizar o corte com a mesma frequência, pelo que o recurso ao herbicida, tem precisamente como objetivo, a redução do número de intervenções de manutenção necessárias. Acrescentou que, em territórios como o de Fornos de Algodres, se verifica uma exigência excessiva relativamente à natureza, referindo que a simples presença de ervas nos passeios, é suficiente para gerar queixas da população aos serviços municipais, sendo que, em dois mil e vinte e dois, o Município de Fornos de Algodres chegou a utilizar um produto natural, cuja eficácia não foi satisfatória, tendo gerado alguns problemas devido ao facto de a população ainda não estar familiarizada com a convivência ancestral com a vegetação, uma relação que, na sua opinião, importa restabelecer. -----

Relativamente ao Açude do Mondego, o Senhor Presidente agradeceu a questão colocada pelo Senhor António e informou que o Município de Fornos de Algodres enviou um e-mail à Senhora Ministra do Ambiente, no âmbito do Programa Governamental denominado “Água que Une”, sinalizando a necessidade urgente de recuperação dos cinco açudes do concelho de Fornos de Algodres e do desassoreamento da Praia Fluvial de Juncais. -----

Reiterou não ter qualquer objeção à barragem de Girabolhos, mas sublinhou que o trabalho prioritário deverá incidir na intervenção nas represas existentes, que, atualmente se encontram deterioradas e sem funcionar como

tal, tendo também referido que a intervenção nos açudes é da competência da APA e não do Município, razão pela qual a questão foi devidamente dirigida à tutela. Prosseguiu a sua intervenção fazendo referência ao crescente nível de assoreamento na Praia Fluvial, visível anualmente, aquando da montagem das piscinas, salientando que a dragagem da referida área implica custos muito elevados que não são responsabilidade da Autarquia, pelo que manifestou confiança na sensibilidade da Senhora Ministra do Ambiente para tais questões, elogiando o seu trabalho, e mostrando-se convicto de que será dada uma resposta positiva às pretensões do Município, após a qual serão, seguramente, realizadas, as intervenções necessárias. -----

Quanto aos equipamentos de apoio à praia, o Senhor Presidente recordou que a Praia Fluvial da Ponte de Juncais foi alvo de uma requalificação profunda, sendo hoje uma das melhores praias da região, no entanto reconheceu a necessidade de intervir no equipamento existente, explicando que a principal condicionante é o facto de o bar de apoio, ser realmente de pequenas dimensões e utilizar a referida infraestrutura como equipamento de suporte, o que impede a sua utilização, para outros fins. Referiu ainda ter tido uma ideia para resolver a situação, inclusivamente partilhada pelos serviços municipais, mas sublinhou que a decisão deverá ser tomada de forma conjunta, identificando, como prioridade, a criação de condições adequadas para quem explora o bar, libertando-o da dependência do espaço superior, o que permitirá posteriormente proceder à requalificação do referido equipamento, eventualmente, em simultâneo. -----

Para terminar, agradeceu o alerta do Senhor António, reconhecendo que, embora a situação esteja sinalizada internamente, é sempre muito importante que os munícipes continuem a estar atentos e a manifestar as necessidades do concelho de Fornos de Algodres. -----

O Senhor Vereador João Gomes usou da palavra agradecendo as palavras do Muncípe, António Cardoso, e concordou com a questão dos herbicidas, considerando que, numa localidade como Fornos de Algodres e nas suas aldeias, existe uma postura demasiado avessa à presença de vegetação natural, sendo que a população deveria habituar-se a conviver com alguma vegetação nos espaços públicos, sem que tal seja motivo de alarme, desde que não seja excessiva, nem ocorra em locais inadequados. Referiu também que a redução ou eliminação do uso de herbicidas poderia fazer sentido no contexto da estratégia ambiental e de sustentabilidade do Município de Fornos de Algodres, que já detém distinções na referida área. -----

Relativamente ao rio e açude, referiu que a coloração escura da água não está necessariamente relacionada com a sua qualidade, sendo antes causada pela presença de lodo no leito, que escurece a própria água, tendo neste sentido, sugerido como solução, a abertura da comporta de madeira existente, que nunca é utilizada, permitindo que um caudal mais forte arraste o lodo e torne o leito mais limpo. -----

Por fim, quanto ao edifício referido anteriormente, o Senhor Vereador João Gomes discordou da caracterização negativa que lhe havia sido feita, considerando que até se encontra bem integrado no local, podendo constituir uma mais-valia, desde que lhe seja atribuída uma utilidade adequada. -----

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Câmara manifestou o seu sincero agradecimento a quem acompanhou a presente reunião, pessoalmente e através das redes sociais, tendo, de seguida, declarado

encerrada a reunião, da qual nos termos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, foi lavrada a presente ata que vai ser lida e assinada nos termos da lei. -----

O Presidente da Câmara

(Dr. Alexandre Filipe Fernandes Lote)

A Secretária

(Célia Maria Candeias Ferreira)

O Original encontra-se assinado  
no Gabinete de Apoio à Presidência